

## PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: UMA ABORDAGEM DAS PRÁTICAS ESPACIAIS NO ESPAÇO URBANO DE BARRA DO GARÇAS – MT

Marcio Pinheiro Maciel <sup>1</sup>  
Ronan Eustáquio Borges<sup>2</sup>  
Sandro Cristiano de Melo <sup>3</sup>

### RESUMO

O presente resumo é parte de dissertação de mestrado ‘Pessoas Com Deficiências: Uma abordagem das práticas espaciais no espaço urbano de Barra do Garças – MT’, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, no Instituto de Estudos Socioambientais, na Universidade Federal de Goiás, no período entre 2020 e 2022. Dentre os objetivos buscou-se: entender as práticas espaciais das pessoas com deficiência no espaço urbano de Barra do Garças-MT; caracterizar o espaço urbano de Barra do Garças e os aspectos populacionais do município; discutir os principais conceitos de práticas espaciais e Pessoas com Deficiência; evidenciar as deficiências do espaço urbano da cidade de Barra do Garças no atendimento a acessibilidade física das PCD e da população em geral. A pesquisa é relacionada como qualitativa. Os procedimentos foram observações do espaço urbano, pesquisa de campo e fotos, realização de leituras de livros, revistas, periódicos, dissertações que versam sobre o tema. Como resultado, encontrou-se um espaço inadequado para a acessibilidade física das pessoas com deficiências, idosos e com limitações de mobilidade.

**Palavras-chave:** Geografia; Espaço urbano, Acessibilidade, Práticas espaciais, Pessoas com deficiências.

### ABSTRACT

This summary is part of the master's thesis 'People with Disabilities: An approach to spatial practices in the urban space of Barra do Garças – MT', developed together with the Postgraduate Program in Geography, at the Institute of Socio-environmental Studies, at the Federal University of Goiás, in the period between 2020 and 2022. Among the objectives we sought to: understand the spatial practices of people with disabilities in the urban space of Barra do Garças-MT; characterize the urban space of Barra do Garças and the population aspects of the municipality; discuss the main concepts of spatial practices and People with Disabilities; highlight the deficiencies of the urban space of the city of Barra do Garças in terms of providing physical accessibility for PWD and the population in general. The research is listed as qualitative. The procedures were observations of urban space, field research and photos, reading books, magazines, periodicals, dissertations that deal with the topic. As a result, an inadequate space was found for physical accessibility for people with disabilities, the elderly and those with mobility limitations.

**Keywords:** Geography; Urban space, Accessibility, Spatial practices, People with disabilities.

<sup>1</sup> Autor principal, Mestre em Geografia, IESA/Universidade Federal de Goiás- UFG, [marciopmaciel@gmail.com](mailto:marciopmaciel@gmail.com);

<sup>2</sup> Coautor, Doutor em Geografia UFU, Prof. IESA/ Universidade Federal de Goiás- UFG, orientador da pesquisa de mestrado, [ronanborges@ufg.br](mailto:ronanborges@ufg.br);

<sup>3</sup> Coautor, Doutor em Geografia UFF, Prof. CUA/ Universidade Federal de Mato Grosso, coorientador da pesquisa, [sandromelgeo@gmail.com](mailto:sandromelgeo@gmail.com);



## INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte da pesquisa de mestrado que resultou na dissertação ‘Pessoas Com Deficiências: Uma abordagem das práticas espaciais no espaço urbano de Barra do Garças – MT (MACIEL, 2022), desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, no Instituto de Estudos Socioambientais, na Universidade Federal de Goiás no período entre 2020 e 2022.

A pesquisa tem um caráter dinâmico, no sentido de entender as práticas espaciais relacionadas às pessoas com deficiência (PCD), se tratando dos problemas de acessibilidade, não permitindo que esse contingente transite normalmente pela cidade. A maneira discriminatória como foram tratados as PCD durante a expansão da cidade é um fator primordial para explicar os diferentes problemas de mobilidade e acessibilidade.

Dentre os objetivos buscou-se: entender as práticas espaciais das pessoas com deficiência no espaço urbano de Barra do Garças-MT; caracterizar o espaço urbano de Barra do Garças e os aspectos populacionais do município; discutir os principais conceitos de práticas espaciais e Pessoas com Deficiência; evidenciar as deficiências do espaço urbano da cidade de Barra do Garças no atendimento a acessibilidade física das PCD e da população em geral. A intenção de pesquisar esse tema surgiu depois de observar e estudar o espaço urbano de Barra do Garças-MT, bem como sua dinâmica socioespacial e perceber os problemas relacionados ao espaço urbano, principalmente para as pessoas com deficiência. A pesquisa se desenvolveu em seis etapas, com trabalho de campo e entrevistas.

A cidade de Barra do Garças-MT como a maioria das cidades brasileiras com um desenvolvimento urbano em expansão, enfrenta graves problemas de ordem socioespacial, proporcionado pelas desigualdades sociais do modo de produção capitalista. Isso significa que as contradições existentes delineiam um caminho perverso, no que tange as minorias, quando se trata de habitação, saúde e educação. Nessa perspectiva, a pesquisa buscou as práticas espaciais de pessoas com deficiência no perímetro urbano de Barra do Garças-MT. Nesse contexto, procurou-se dar relevo às práticas espaciais desenvolvidas (ou não) nos espaços públicos da cidade pelas pessoas com deficiências, buscando entender como se dão essas práticas no cotidiano.

Nesse contexto, trabalhar como as práticas espaciais desenvolvidas nos espaços públicos da cidade pelas pessoas com deficiências, buscando entender como se dão essas práticas no cotidiano? E quais as relevâncias dessas práticas para as PCD? Para isso, organizou-se

entrevistas com grupos de pessoas com deficiência, no sentido de entender como essas pessoas vivem no cotidiano e qual impacto socioespacial que elas sofrem, no que tange a acessibilidade.

A própria organização espacial da cidade de Barra do Garças não favorece as práticas espaciais das PCD, tendo em vista que a cidade é oriunda de uma vila de garimpeiros, iniciada na década de quarenta e, ainda no final da mesma década (1948) ganha sua emancipação política e administrativa. Mesmo assim, a cidade não tem um planejamento urbano, sendo que, na época planejamento urbano e plano diretor não fazia parte da grande maioria dos municípios brasileiros. A partir da década de oitenta, a cidade começa a ter uma expansão urbana considerável, com o surgimento de vários bairros novos, como o Jardim Nova Barra, essa região da cidade ainda não recebeu os investimentos em infraestrutura concernente a sua expansão. Por outro lado, o centro da cidade e os bairros antigos receberam investimentos de infraestrutura, como: pavimentação asfáltica, esgoto sanitário, canalizações de córregos, abertura de vias ligando um bairro a outro, bem como a construção de moradias financiadas pelo Poder Público. Os investimentos feitos em infraestrutura não foram levando em conta as PCD, pois, a maioria dos lugares públicos não são acessíveis, para que as PCD possam exercer os seus direitos constitucionais, bem como as atividades cotidianas, ou seja, suas práticas espaciais. Os locais públicos como escolas, passeios públicos, praças, estádio de futebol, ginásio de esportes e outros, grande parte, ainda não estão adequados para receberem as PCD.

A pesquisa buscou um tema muito discutido na atualidade, por se tratar de um problema recorrente das cidades brasileiras, a acessibilidade no espaço urbano. Sendo assim, entende-se que existe um grupo de pessoas que necessitam dessa acessibilidade: as pessoas com deficiência. A intenção é justamente trazer as dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência em suas práticas espaciais cotidiana para uma amostragem pública, no sentido de contribuir de alguma forma para que se torne um debate público, seja no campo político ou administrativo. Nesse sentido, a busca por um referencial teórico que fundamente a pesquisa, conduziu a uma seleção de autores que dialogam com a Geografia Urbana, como: Carlos (2009); Corrêa (2000, 2004 e 2007); Lefebvre (2016) Santos (2007 e 2014) e Souza (2013); as leis que garantem os direitos das PCD, bem como o Estatuto das Pessoas com Deficiência (2015).

## **METODOLOGIA**

A pesquisa é exploratória, segundo Gil (2002, p. 41) “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. E como método de obtenção de dados é classificada como qualitativa e quantitativa. A realização da pesquisa ocorreu em seis etapas, cada uma delas sendo trabalhada de maneira sistemática, a saber: I etapa - foi a de levantamento e revisão bibliográfica, levantamento documental sobre as leis, estatutos das PCD; II etapa - levantamento de dados nos censos populacionais para identificar o percentual de PCD presentes no município; III etapa - levantamento das associações de PCD em Barra do Garças-MT. A quarta etapa deu-se com a realização de entrevistas seguindo a técnica de indicação em rede, onde uma entrevista indica outra; Na V etapa às investigações de campo sobre os espaços (citados e frequentados pelos entrevistados (as)) para verificar as características de acessibilidade desses locais. Também foram realizadas visitas de campo nos locais indicados pelos entrevistados (as) como espaços que os mesmos têm desejo de ir e não conseguem, em razão das dificuldades de acesso promovidas pelas barreiras físicas existentes; A sexta etapa foi a última, mas constante em todo o trabalho, nela executou-se tabulação/interpretação dos dados, elaboração/produção do texto analítico da dissertação.

Vale ressaltar ainda que a análise das leituras, interpretações e reflexões sobre os dados ocorreram de forma permanente a todas as etapas. As entrevistas foram realizadas no mês de junho e julho de 2022 no modo presencial, para a realização das entrevistas as perguntas foram submetidas no dia 27 de dezembro de 2021 ao Conselho de Ética, por meio da Plataforma Brasil e aprovada em 10 de fevereiro de 2022 com parecer N° 5.236.306, tendo vista, a diminuição do número de óbitos pelo novo corona vírus, por conta do processo de vacinação em massa, mesmo a contra gosto do Governo Federal que lutou incansavelmente para que o povo brasileiro não se imunizasse, utilizando vários argumentos sem comprovação científica.

Mesmo diante desse contexto da diminuição de contaminação, internações e óbitos, foram respeitados todos os protocolos de segurança (uso de máscaras, álcool em gel e o distanciamento de dois metros) nas visitas nas casas ou locais onde se encontravam os entrevistados (as). Assim a quinta etapa, exigiu realização de um trabalho de campo nos espaços públicos citados pelos entrevistados como espaços que os mesmos frequentam para verificar as características de acessibilidade desses locais. E também realizado um trabalho de campo nos locais indicados pelos entrevistados como espaços que os mesmos têm desejo de ir e não

conseguem, mas enfrentam alguma dificuldade de acesso para identificar as barreiras físicas existentes.

Essa pesquisa tem uma motivação social, num engajamento prático da vivência e da interação entre os mais diferentes grupos minoritários que escapam as atenções do Poder Público, que, mesmo diante das leis já existentes não dão a notoriedade necessária as angústias, apreensões e dificuldades daqueles que historicamente foram deixados de lado, e por várias razões, principalmente de ordem econômica ainda perecem nos recônditos dos lares, ou a pedirem esmolas nas praças, feiras e portas de igrejas, senão protagonizarmos as pessoas com deficiência no contexto social, ouvindo-as e tomando parte das suas dificuldades, não podemos esperar nada dessa sociedade.

De modo geral a pesquisa teve a metodologia qualitativa e quantitativa, na análise das leituras, interpretações e reflexões sobre os dados que ocorreram de forma permanente à todas as etapas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa realizada buscou um tema muito discutido na atualidade, por se tratar de um problema da maioria das cidades brasileiras, a acessibilidade nos espaços públicos. Sendo assim, entende-se que existe um grupo de pessoas que necessitam dessa acessibilidade: as pessoas com deficiência. A ideia é relacionar as práticas espaciais com as PCD, levando em consideração a legislação e as teorias a respeito do assunto.

A intenção é justamente trazer as dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência em suas práticas espaciais cotidiana para uma amostragem pública, no sentido de contribuir de alguma forma para que se torne um debate público, seja no campo político ou administrativo. Nesse sentido, o embasamento teórico que fundamentou a pesquisa, dialogou com uma gama de autores e estudiosos da tematica Urbana, sobre as leis que garantem os direitos das PCD, bem como o Estatuto das Pessoas com Deficiência (2015). Os conceitos serão apresentados para que possamos entender sua importância no contexto da pesquisa.

Uma discussão ampla sobre conceitos, no sentido de que muitas vezes não temos a clareza dos conceitos e acabamos nos equivocando. A pesquisa utiliza-se dos conceitos como parte fundamental para a compreensão do objeto estudado, e a geografia é permeada de conceitos de toda natureza, transpondo épocas, a diversidade, a interdisciplinaridade, fazem dos conceitos em geografia parte do fazer geográfico (SOUZA, 2013). O Estatuto das Pessoas Com Deficiências (2015, p. 08), “Lei no 13.146/2015 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência”, passo importante para a ampliação dos direitos das PCD, lembrando que a

própria Constituição Federal garante o direito de ir vir das pessoas, como parte do exercício democrático.

Os conceitos de práticas espaciais são evidenciados na pesquisa por se tratar de movimentos das pessoas dentro da sociedade, nesse caso, o movimento das pessoas com deficiência. Para entender melhor as práticas espaciais, se faz necessário uma leitura sistemática daquilo que é geográfico, assim o sócio-espacial é um objeto de estudo da Geografia, para isso, essa reflexão dos conceitos das práticas sociais, aliados aos estudos sócio-espaciais.

O referencial teórico da pesquisa contém as principais discussões teóricas e a trajetória da mesma ao longo do recorte do tema estudado. Ele serve para situar o leitor quanto à linha de raciocínio que o autor seguiu na construção de seu artigo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população atual do município é de cerca de 69.210 habitantes, conforme censo do IBGE (2022), todavia os dados utilizados foram do censo de 2010, tendo em vista que o recenseamento nacional ainda estava em fase de coleta de dados no momento da execução da pesquisa. Assim a população do município em 2021, conforme estimativas do IBGE era de cerca de 61.702 habitantes. Em relação aos dados de Pessoas com Deficiência, o IBGE, com base no Censo demográfico com dados em vigência (2010) aponta que no município existem 164 pessoas que não conseguem se locomoverem de modo algum; 663 tem grande dificuldade; 2.460 com alguma dificuldade; totalizando 3.287 pessoas. Relacionado à perda ou dificuldade de visão, o instituto apresenta que 64 pessoas não conseguem ver de modo algum; 1.400 pessoas têm grande dificuldade e 7.866 pessoas com alguma dificuldade, totalizando 9.330 pessoas.

Levando em consideração os dados de 2010 (56.560 hab. – censo que foi utilizado para a pesquisa), eles revelaram que 16,5% da população barra-garcense apresenta alguma dificuldade para se locomover no espaço urbano de Barra do Garças-MT.

A pesquisa revelou mais que dados, mas que a cidade é deficiente, pois não consegue atender sua população de PCD especialmente em relação ao uso do espaço urbano por essas pessoas para que as mesmas possam exercer suas práticas espaciais na cidade. Esse entendimento foi revelado na construção do texto de dissertação que fora estruturado em capítulos em conformidade com o projeto da pesquisa. Assim o capítulo I tratou-se do histórico da formação socioespacial da cidade, desde o processo da sua formação histórica, e sua expansão urbana, o surgimento dos bairros, a segregação espacial e as desigualdades sociais. Nessa perspectiva, para entender as práticas espaciais no espaço urbano da cidade passou por uma investigação do espaço urbano, sendo assim, o segundo capítulo tratou dos conceitos das

práticas espaciais, com a perspectiva de entender como a legislação prevê o espaço urbano para as pessoas com deficiências, suas implicações legais e como o Estatuto das Pessoas com deficiência pode ser aplicado no espaço urbano, para que as práticas espaciais possam se tornar possível numa sociedade abarrecida.

O terceiro capítulo da dissertação tratou dos resultados encontrados ao longo da pesquisa, tanto empíricos e teóricos. Nessa perspectiva, foram realizadas pesquisa de campo para verificar o espaço urbano da cidade, onde foram constatados diversos problemas que impedem ou funcionam como barreiras para a mobilidade das pessoas com deficiências. Depois, foram realizadas entrevistas com 19 pessoas com deficiência, sendo 14 homens e 05 mulheres, nestas, foram indagadas as principais dificuldades encontradas pelos entrevistados (as), as respostas denotam o espaço urbano da cidade como ineficiente para as práticas espaciais das pessoas com deficiências. Na verificação do espaço urbano constatou-se, que mesmo a cidade possuindo um Plano Diretor, eles não são suficientes para garantir o direito constitucional das pessoas com deficiência, por meio do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146 de 6 julho de 2015 (SENADO FEDERAL, 2019).

Nas investigações de campo sobre a acessibilidade do espaço da cidade, e depois constatado nas entrevistas, notou-se que a cidade não se preocupou ao longo de sua trajetória histórica com as pessoas com deficiências, mesmo diante da legislação municipal pertinente que, desde 2007 possui um Plano Diretor que atribui ao município à incumbência de preparar os logradouros públicos à acessibilidade das pessoas com deficiências. Segundo o Plano Diretor de Barra do Garças-MT este estabelece no seu “Art. 8º inciso IX Garantir a acessibilidade universal, entendida como o acesso de todos e todas a qualquer ponto do território, por intermédio da rede viária e do sistema de transporte público” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, 2007, p. 3).

O Código de Postura do Município de Barra do Garças- MT (CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, 2018) coibi o abarrecimento do espaço público, mas não é isso que se observou em parte da cidade. Mesmo diante da legislação, a pesquisa constatou diversas vias, canteiros, praças, passeios com obstáculos, impedindo a livre circulação das pessoas com deficiências e outras pessoas com dificuldades de mobilidade. Isso demonstra que não há uma fiscalização efetiva que coíba o descumprimento do Código de Postura do Município, nesse sentido é preciso que haja um engajamento com maior efetividade, entre o poder público e a sociedade.

Esse abarrecimento do espaço público e privado foi apontado pelos entrevistados, quando perguntado sobre Satisfação e Insatisfação dos entrevistados (as) em relação à

acessibilidade de aos passeios públicos 79% estão insatisfeitos, apenas 21% satisfeitos. Referente à Satisfação e Insatisfação dos Entrevistados (as) em relação às rampas de acesso aos estabelecimentos comerciais 74% insatisfeitos e 26% satisfeitos. Referente à Satisfação e Insatisfação dos entrevistados (as) em relação à quantidade de estacionamentos prioritariamente destinados às pessoas com deficiências 74% insatisfeitos e 26% satisfeitos. Referente à porcentagem dos Entrevistados (as) com transportes próprios (Veículos automotores e motocicletas adaptadas) 58% não possui transporte próprio e 42% tem transporte próprio. Referente ao conhecimento dos entrevistados (as) em relação à Lei nº 13.146/2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência 37% já ouviu falar, outros 37% não conhecem e 26% conhecem. Referente à percepção dos entrevistados (as) em relação aos espaços públicos que frequentam atenderem as necessidades das PCD em relação a acessibilidade 47% não atendem, 32% atendem em partes e 21% atendem. Referente ao Grau de escolaridade dos Entrevistados (as) Pós-Graduação (duas pessoas); Curso Superior completo (uma pessoa); Ensino Médio completo (11 pessoas) e Ensino Fundamental incompleto (cinco pessoas).

Diante do exposto é notória a insatisfação dos entrevistados e entrevistadas com o espaço urbano da cidade de Barra do Garças-MT, no que se refere as práticas espaciais quando perguntado quais os espaços públicos mais frequentados pelos entrevistados (as), as respostas foram unânimes, “aqueles que oferecem acessibilidades e não são muitos”. Quando na pesquisa de campo se verificou o abarreamento da cidade, no que tange as práticas espaciais das pessoas com deficiência, refletindo na sua mobilidade, também foi possível encontrar alguns espaços urbano que atendem as necessidades das pessoas com deficiências, no que diz respeito à acessibilidade para a realização das práticas espaciais, como: o Parque das Águas Quentes, o shopping da cidade e academias; esses locais foram apontados pelos entrevistados (as) e também verificados na pesquisa de campo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O maior desafio das pessoas com deficiência é terem seus direitos garantidos por lei respeitados dentro do âmbito social, isso se dará, mediante o processo de inclusão, para isso será preciso um melhor engajamento social, com todos os segmentos sociais empenhados nessa luta. A acessibilidade faz parte da inclusão, por meio dela, as pessoas com deficiência têm acesso aos espaços públicos e podem democraticamente exercitar suas práticas espaciais. Ao longo da pesquisa e por meio dos resultados que se revelaram sobre espaço urbano de Barra do

Barças, MT relacionados as práticas espaciais das pessoas com deficiência constatou-se uma série de irregularidades no espaço da cidade, como passeios públicos, rampas, praças, ruas, escadarias, espaços públicos e privados que limitam o acesso e mobilidade dos PCD, pois não atendem suas necessidades, e quando o faz, ainda ocorre de forma precária.

Nessa perspectiva, entende-se o espaço que se apresenta deficiente, por ser carente de reformas, adaptações ou, até mesmo construções de novos espaços que venham atender os anseios e necessidades das pessoas com deficiência. Diante dos inúmeros problemas apresentados, no tocante a acessibilidade, é preciso destacar o desconhecimento da maioria da população quando o assunto é pessoas com deficiência, essa foi uma das observações mais contundentes dos Entrevistados (as), a falta de consciência das pessoas. As observações, acompanhadas de reivindicações de direitos, fazem parte de uma extensa pauta de situações, trata-se do desrespeito aos direitos das PCD, os espaços destinados a elas, como exemplo, o de vagas em estacionamento – isso quando existem – estão ocupados.

O transporte em Barra do Garças, é em relação a disposição e atendimento ao transporte público na cidade no caso, o sistema de ônibus urbano é um caos, praticamente inexistente, não atendem as demandas das pessoas que não tem nenhuma deficiência, quiçá as pessoas com deficiência. Os funcionamentos das linhas são no intervalo de uma hora, das 06:00h até às 19:00h durante a semana, no sábado até 12:00h, nos domingos e feriados não funcionam. Esse descaso, demonstra que em Barra do Garças não é fácil depender do ônibus urbano, para tentar suprir esse déficit, muitas pessoas recorrem aos transportes alternativos como mototáxi, táxi e carros de aplicativos encarecendo o transporte público das pessoas, que por sinal não é barato (R\$ 6,50) passagem do ônibus urbano, segregando as pessoas de deslocarem de um ponto a outro da cidade, para os mais diversos fins, desde ir ao hospital, posto de saúdes, escolas, faculdades, trabalho e entretenimento, isso impacta a vida das pessoas que necessitam desse modal de transporte. Com as PCD essa segregação pode ainda ser mais grave, relegando-as ao confinamento, encarcerada nos seus lares, tendo seu direito constitucional de ir e vir cerceado. Lembrando que os ônibus que circulam nas linhas, alguns não possuem os elevadores para as pessoas com deficiência física, os pontos de ônibus não atendem ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, Plano Diretor e Código de Postura do Município, além das péssimas condições de conservação do único terminal de passageiros na cidade.

Apesar da acessibilidade no espaço urbano de Barra do Garças ainda não atender como deveria as PCD, há de se ressaltar que existem avanços em alguns espaços públicos e privados, do ponto de vista da acessibilidade, como agências bancárias, faculdades, Parque das Águas Quentes, Praça da Matriz, Comarca de Barra do Garças (Fórum), Shopping e algumas lojas.

Isso ainda é pouco diante da dimensão que é a acessibilidade, pois ela propicia as práticas espaciais das pessoas com deficiência, tornando os espaços mais acessíveis. Tornar as práticas espaciais como um movimento constante das PCD no espaço urbano, por meio de reivindicações não somente das pessoas com deficiência, como também de toda a sociedade. Uma das ponderações dos Entrevistados (as) está associada as dificuldades encontradas em transitar pelas ruas, por conta da declividade e morfologia de algumas áreas da cidade – apontado no primeiro capítulo I e II, o que dificulta muito, principalmente pelos usuários de cadeiras de rodas manuais, por isso se faz necessário maiores investimentos em infraestrutura, melhor distribuição das políticas públicas para as PCD.

Por fim, entende-se a importância dessa pesquisa, na perspectiva de contribuir para a melhoria do espaço urbano de Barra do Garças para as práticas espaciais das pessoas com deficiência, bem como a democratização desse espaço, sem as barreiras, ou, com a diminuição delas no cotidiano das PCD. Uma luta de todos nós, que esse trabalho inspire outros, com enfoque nesse grupo, ou em outros grupos que segregados espacialmente, oriundos de um processo de exclusão dos projetos urbanos, que produz e se reproduz no contexto social.

## REFERÊNCIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS. Estado de Mato Grosso. Código de postura do município de Barra do Garças. Atualizado até a lei complementar 243 de 22 de outubro de 2018. Disponível em:

file:///D:/Usuario/Downloads/CODIGO%20DE%20POSTURA.pdf. Acessado em 26 abr. 2023.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8ª ed. – São Paulo: Contexto, 2009.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-48.

CORRÊA, R. L. O espaço urbano. 4ª ed. – São Paulo: Editora Ática, 2004.

CORRÊA, R. L. **Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais**. Revista Cidades, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Barra do Garças, 2021. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/barra-do-garcas/panorama>. Acessado em 25 abr. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Amostra – Pessoas Com Deficiência. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pesquisa/23/23612>. Acessado em 17 abr. 2023.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Amostra – Pessoas Com Deficiência, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/barra-dogarcas/pesquisa/23/23612>. Acessado em 22 abr. 2022.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Cristina C. Oliveira. Itapevi: Nebli, 2016.

MACIEL, M. P. **Pessoas Com Deficiências: Uma abordagem das práticas espaciais no espaço urbano de Barra do Garças – MT**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12654>. Acessado em 29 abr. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS. Plano Diretor. Lei Complementar Nº 102 2 de janeiro de 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/PAT040440/Downloads/Lei%20102%20PLANO%20DIRETOR.pdf>. Acessado em 18 abr. 2023.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2014.

SANTOS, M. **O espaço cidadão**. 7ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SENADO FEDERAL. **Estatuto da pessoa com deficiência** – Brasília: Coordenação de edições Técnicas, 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf>>acessado em 10 de janeiro de 2021.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320p.